

A crítica
18/4/97 A5
723

DIA DO ÍNDIO

Coiab não vê motivo para comemorar

Amanhã, dia do Índio, a Coordenadoria das Nações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) vai divulgar uma carta à sociedade, na qual vai dizer que os índios não querem ser lembrados pelas penas e tangas, mas querem ser conhecidos como povos com direito às terras que perderam há milhares de anos.

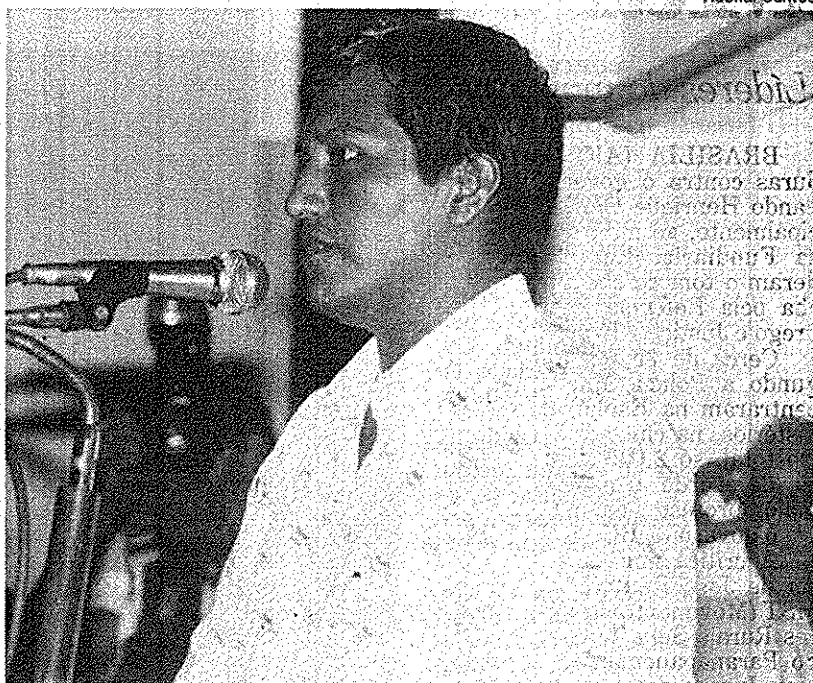
"É preciso dizer que não queremos só um dia para sermos lembrados, mas que somos milhares e queremos nossos direitos garantidos", disse ontem Darcy Marubo, da coordenação da Coiab.

Segundo Marubo, os indígenas brasileiros não têm motivos para comemorar a data. "Essa data nunca foi útil para mudar a mentalidade preconceituosa do povo brasileiro com relação aos índios", afirmou. "Não adianta vestir as crianças nas escolas de tangas e com penas se elas não aprendem que também somos cidadãos desde País com os mesmos direitos".

Marubo, que participou ontem pela manhã da manifestação dos Sem-Terra, que aconteceu pela manhã na Assembleia Legislativa do Estado, no Centro, explica que a posição dos indígenas é clara. E será reafirmada neste dia 19. Os índios têm terras, mas muitos não têm segurança para viver nelas e outras tantas já foram invadidas. "Não queremos um dia marcado no calendário dos brancos, mas sim os nossos direitos que são as nossas terras demarcadas".

Na opinião de Marubo, há muito mais motivos para preocupações do que para comemorações neste 19 de abril. "As terras que ocupamos há milhares de anos estão invadidas e nossos parentes mortos", diz ele, lembrando que isso ocorre apesar da Constituição Federal reconhecer aos índios os direitos sobre as terras.

A falta de apoio e reconhecimento do governo brasileiro à luta pelos direitos indígenas é lamentável, afirma. Ao lembrar os massacres aos ticunas e ianomamis, Marubo reclama também contra a falta de respeito aos povos indígenas. "Não temos apoio nenhum da parte do governo e não fossem as organizações não-governamentais estrangeiras, os índios não tinham como manter a entidade funcionando para defender os direitos dos seus povos".



Darcy Marubo: "Queremos nossos direitos garantidos"

Cimi critica o Governo federal

Para o conselho, dia é de alerta contra o tipo de tratamento que é dispensado aos indígenas no País

A política indigenista do governo Fernando Henrique Cardoso não é feita com base no interesse do índio, mas do poder econômico. Esta é a posição do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), revelada em documentos distribuídos ontem à imprensa.

Para o Cimi, órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), o Dia do Índio é de denúncia contra o tratamento dado a estes povos pelo governo federal. Ao completar 25 anos de trabalho pela causa indígena, o Conselho registra que 1996 foi um ano difícil para estes povos. Neste ano, foi editado o Decreto 1.775, que alterou o processo de demarcação permitindo que interessados em terras indígenas pudessem contestar as demarcações ainda sem registro em cartório.

Para lembrar o que considera dívida histórica da sociedade com os

índios, o Cimi realiza debates com o tema "Resistência no neoliberalismo" e cobra posições do governo pela demarcação das terras indígenas. "O governo FHC conteve os recursos destinados à assistência aos índios e para demarcar e regularizar as terras ocupadas tradicionalmente", denuncia o documento. Outro item citado é com relação aos projetos básicos como o Estatuto dos Povos Indígenas que não são aprovados por pressões dos interesses das bancadas antiindígenas do Poder Executivo.

De acordo com o documento do Cimi, a Constituição Federal atribui também à União o dever de proteger e fazer respeitar todos os bens indígenas sejam materiais ou imateriais, a sua vida e integridade. Como não acontece na prática, os próprios povos assumem a defesa dos seus bens naturais e culturais, impondo, a muito custo os seus direitos.